



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA nº. 42/2020

Belo Horizonte, 15 de maio de 2020.

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)				
Processo SEI nº 1370.01.0017707/2020-06				
Processo SLA: 438/2020		SITUAÇÃO: Sugestão pelo indeferimento		
EMPREENDEDOR:	Herbert Souza e Silva		CNPJ:	016.148.046-21
EMPREENDIMENTO:	HDT Mineração		CNPJ:	016.148.046-21
MUNICÍPIO:	Inimutaba/MG	DNPM: 832102/2018	ZONA:	rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Empreendimento está/estará localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio				
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):		CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-02-07-0	Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento		2	1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO/ART:		
Thatiane Lais Santos Silva		14201200000005819668		

AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA
Marcos Vinícius Martins Ferreira Gestor Ambiental – Supram CM	1.269.800-7
De acordo: Karla Brandão Franco Diretora Regional de Regularização Ambiental – Supram CM	1.401.525-9



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Martins Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 15/05/2020, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karla Brandao Franco, Servidor(a) Público(a)**, em 16/05/2020, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14351843** e o código CRC **69C20E7A**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)

O empreendedor Herbert Souza e Silva, do município de Inimutaba/MG, formalizou em 03 de fevereiro de 2020, via sistema de licenciamento ambiental (SLA), o processo de licenciamento ambiental simplificado (LAS) nº 438/2020, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). A atividade foi enquadrada na Deliberação Normativa (DN) 217 como "Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento" (código A-02-07-0). A produção bruta informada é de 49,53 t/ano.

Ressalta-se que o empreendimento estará localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECav-ICMBio, mas esta situação não foi considerada na caracterização do empreendimento junto ao SLA. Deste modo, o estudo referente a este critério locacional não foi apresentado.

Conforme documentação apresentada, o empreendimento será instalado na Fazenda Nossa Senhora Aparecida (antiga Fazenda Dom Bosco), localizada no município de Inimutaba/MG. Foi apresentada uma escritura de compra e venda de imóvel no qual o Sr. Orismaldo Lopes da Silva consta como o comprador da referida propriedade e não foi constatada nenhuma ligação deste com o empreendimento. Não foi apresentada certidão de anuência.

Ressalta-se também que foi apresentado ofício da Agência Nacional de Mineração (ANM) (Ofício 108/2019/DFMNM – MG/GER- MG) no qual é informado que o empreendimento em questão "esta apto a receber a permissão de lavra garimpeira desde que apresente licença ambiental compatível com a produção de 51,6 t/ano de quartzo". Como já mencionado, a produção bruta informada para este empreendimento no SLA foi de 49,53 t/ano. Cabe informar que, de acordo com a DN 217, para atividade em questão, é considerado empreendimento de pequeno porte aqueles cuja produção bruta seja de até 50.000 t/ano.

O empreendimento contará com 03 colaboradores no setor de produção e 01 colaborador na área administrativa, que trabalharão em turno único, 05 dias por semana.

A atividade que o empreendimento pretende exercer trata-se de lavra de quartzo. A lavra será realizada a céu aberto com desmonte manual e mecânico. O estéril será empilhado em área próxima a cava durante os trabalhos e conforme o avanço da lavra o estéril será acondicionado dentro da cava, promovendo a reconformação parcial do relevo. Foi informado que devido ao pequeno tamanho da área, não haverá sistema de drenagem. No entanto, a água acumulada dentro da cava, será bombeada para o exterior da cava, quando necessário.

O polígono informado no SLA, conforme imagem 01 (abaixo), trata-se da poligonal minerária nº 832102/2018 (de acordo com a base de dados digitais da ANM). Na imagem 01 também constam os limites da propriedade e de sua reserva legal, conforme declarado no cadastro ambiental rural (CAR) (protocolo MG-3131109-6CD0.EECA.3BE4.95D3.FE66.8208.F7D4.3321).



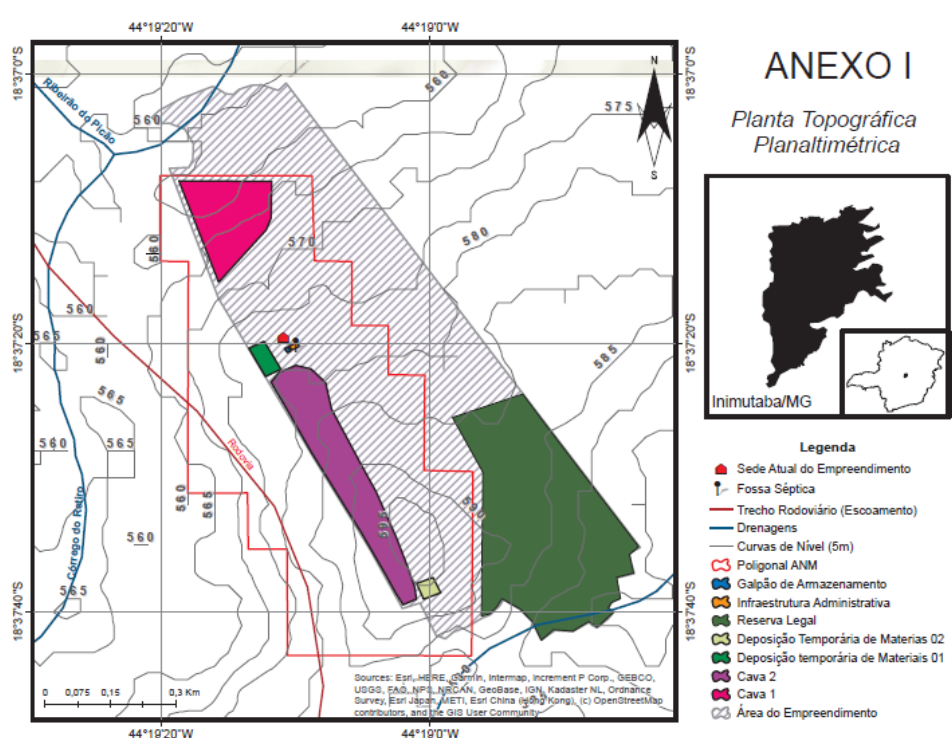
Imagem 01: Localização do empreendimento



Fonte: Google Earth (acesso em 14/05/2020), ANM, CAR e dados do processo.

Na caracterização do empreendimento foi assinalado que não haverá supressão de vegetação nativa para a realização da atividade. Porém, por meio da imagem 01 (acima), e através da figura 01 (abaixo), onde as áreas diretamente afetadas (ADA'S) do empreendimento foram informadas (cava 1 e cava 2, conforme a legenda), é possível constatar que as mesmas se encontram em área onde há a presença de vegetação nativa, tanto em forma de fragmentos como de indivíduos arbóreos isolados.

Figura 01: Planta da área empreendimento



Fonte: Dados do processo



Não foi constatada autorização para intervenção ambiental em vegetação nativa para o empreendimento em questão.

Quanto ao consumo de água no empreendimento, foi informado que serão utilizados no máximo 0,6 m³/dia no consumo humano, 0,01 m³/dia na lavagem de pisos e equipamentos e 10 m³/dia na aspersão de vias. **Foi informado que a água será proveniente de poço a ser perfurado, mas não foi apresentada regularização deste poço.**

Cabe informar que a DN 217/17, em seu artigo 15, prevê que:

Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.

Parágrafo único – O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para **intervenções ambientais ou em recursos hídricos**, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS (Grifo nosso).

Como principais impactos inerentes à atividade tem-se a geração de efluentes líquidos, de emissões atmosféricas, geração de resíduos sólidos e de ruídos.

Os efluentes líquidos sanitários (banheiros) são destinados a uma fossa séptica e posteriormente para um sumidouro.

Quanto às emissões atmosféricas, a emissão de particulado, oriunda da circulação de veículos, é mitigada por meio de aspersão de água enquanto a emissão de gases emitidos pelos veículos é mitigada através de manutenção dos motores.

Quanto aos resíduos sólidos, foi informado que o resíduo de característica doméstica será colocado em coletores plásticos dentro do empreendimento enquanto os resíduos recicláveis serão dispostos em lixeiras de coleta seletiva. O lodo da fossa séptica será coletado por caminhão limpa fossa. Todos os resíduos a serem gerados no empreendimento serão destinados a empresas especializadas, conforme informado no RAS.

Já os ruídos, provenientes do funcionamento de veículos e equipamentos durante a operação de lavra são mitigados por meio da manutenção adequada dos equipamentos.

Deste modo, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e nos autos do processo, considerando a não apresentação dos documentos autorizativos para intervenção em vegetação nativa e em recursos hídricos, sugere-se o indeferimento do pedido de Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Herbert Souza e Silva”, para a atividade “Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento” (código A-02-07-0), no município de Inimutaba– MG.